

PENSANDO AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ¹

Fabricia Zanelato Bertolde ²
Jeanes Martins Larchert ³

RESUMO

Esse trabalho ressalta sobre o processo de inclusão que se fortalece em diversos países do mundo, sobretudo a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca que ressalta questões como os princípios, políticas e práticas em educação especial. As pessoas com deficiência têm o direito, assim como qualquer outro cidadão, de utilizar dos bens sociais, principalmente a educação. Contudo, para que esse acesso no contexto escolar aconteça, é fundamental a definição e execução de políticas que tragam regulamentação, ações, orientações e que garantam investimento para a educação especial numa perspectiva inclusiva. Nesse contexto, a reflexão aqui desenvolvida busca pensar sobre a relevância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, buscando refletir sobre o que está sendo discutido sobre o tema. As informações aqui relatadas foram concebidas através de uma revisão bibliográfica em artigos que destacam a importância de rever os critérios que são utilizados durante o processo de adaptação curricular, autores como Mantoan (2010), Oliveira et al (2013), Facci e Sierra (2011), Heredero, (2010), entre outros enriqueceram as reflexões aqui levantadas e enriquecidos com os resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado, onde utilizou-se a observação direta e a entrevista semiestruturada para dar credibilidade ao estudo. Acredita-se que os estudos aqui realizados possam contribuir para a reflexão desse tema e que os professores possam ter acesso às informações construídas, assim terão estímulo para buscarem mudanças mais intensas dentro das escolas em relação a aprendizagem do aluno com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Adaptação Curricular.

INTRODUÇÃO

No Brasil o processo de inclusão foi tomando força a partir de documentos internacionais que influenciaram na formulação das leis. Esse movimento teve suas

¹ Esse trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado do PPGE/UESC, sob o protocolo CAAE de nº 18370219.3.0000.5526.

² Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, bertoldi.fabricia@hotmail.com;

³ Professora Doutora em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz. DCIE/PPGE, jelarchert@yahoo.com.br

primeiras abordagens com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que fortaleceu os preceitos de liberdade, igualdade e dignidade para todo ser humano, sem limitar-se a raça, sexo, origem nacional, social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.

Documentos como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos realizada na Tailândia, desencadeou a elaboração de um plano com o objetivo de atender às necessidades educacionais dos alunos que eram privados do direito de ter acesso, permanência e aprendizagem no ensino regular.

Essas discussões sobre o processo de inclusão se fortalecem cada vez mais no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Em 1994, a Declaração de Salamanca foi um marco mundial para a educação inclusiva ressaltando questões como os princípios, políticas e práticas em Educação Especial (UNESCO, 1994). Essa declaração fomenta uma escola inclusiva onde os alunos devem aprender juntos. Tais escolas necessitam direcionar seu trabalho respeitando as diversidades individuais dos alunos, respeitando os ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Nessa conjuntura, o Governo Federal concretizou as políticas públicas inclusivas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, de modo que a década de 90 é considerada um marco histórico no âmbito da educação inclusiva. As pessoas com deficiência têm o direito, assim como qualquer outro cidadão, de utilizar dos bens sociais, principalmente a educação. Esse direito é pautado em uma educação inclusiva, que deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Contudo, para que esse acesso no contexto escolar aconteça de forma verdadeira, é fundamental a definição e execução de políticas públicas que tragam regulamentação, ações, orientações e que garantam investimento para a educação especial numa perspectiva inclusiva (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003; MANTOAN, 2006).

O Capítulo V da LDB/96 é dedicado à Educação Especial, de acordo com Morejón e Denari (2008), neste documento pode-se perceber as exigências para a elaboração de currículos, métodos, técnicas e materiais didáticos direcionados para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. Carvalho (2002) chama atenção para o artigo 59, inciso I, onde refere-se a prática pedagógica:

É saudável que os currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos sejam objeto da lei. Entretanto, é questionável pensar em um currículo especial, se for diferente do que é oferecido nas turmas do ensino regular. Os cuidados devem recair nas possibilidades de acesso ao currículo e não propriamente na elaboração de outra proposta (CARVALHO, 2002, p. 98).

A mesma lei estabelece que os currículos devem ter uma base nacional comum, em todas as modalidades de ensino, e este deve ser complementado de acordo com cada sistema de ensino e levando em consideração a parte diversificada e as características regionais e locais da sociedade, da economia, da cultura e dos alunos (BRASIL, 2013).

Dessa forma, defende-se a necessidade de uma proposta educativa que possibilite que os educandos com deficiência tenham acesso ao currículo comum. Todavia, para que isso aconteça os professores precisam utilizar das adequações no currículo buscando atender as especificidades de todos os alunos.

A educação que busca o desenvolvimento de todos os alunos deve proporcionar possibilidades de aprendizagem que oportunizem a todos, com ou sem deficiência. Assim, ao planejar as atividades precisam centralizar o aspecto cognitivo, especialmente direcionando para o pensamento abstrato. (FACCI e SIERRA, 2011).

Em 2008, o Ministério da Educação publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), esse documento tinha o objetivo de promover o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

É fundamental ressaltar que a inclusão escolar não está intrinsecamente relacionada aos alunos com deficiência e outras condições orgânicas que afetam o aprendizado, a concepção de inclusão vai além. “Inclusão é o processo que o ser humano possui de reconhecer e entender o outro sujeito” (MANTOAN, 2010, p.1). Para iniciar um processo de inclusão escolar a escola precisa aderir a transformações que vão desde sua estrutura física até as práticas pedagógicas, com o objetivo de conseguir atender de forma adequada toda a diversidade presente em seu interior (OLIVEIRA et al, 2013).

Dessa forma, a escola precisa ter em seu quadro profissionais formados em uma perspectiva que ajude na construção de um espaço de diálogo e respeito pelo diferente, trabalhando para mudanças importantes na forma de pensar, agir e atuar na educação (SILVA, 2014).

Os alunos têm o direito de serem atendidos adequadamente dentro do ambiente escolar, isso é um direito garantido, assim a educação inclusiva direciona para a utilização das adequações curriculares como um instrumento que vai garantir que os alunos sejam atendidos respeitando suas diferenças no processo de ensino e aprendizagem. Heredero (2010, p. 199) concebe o termo adequação curricular “como um instrumento que pode e deve tratar de avançar no desenvolvimento geral de cada pessoa”, através de um conjunto de alterações que devem acontecer nos objetivos, nas estratégias metodológicas e no processo de avaliação.

Ao pensar no ensino direcionado para a educação especial a adaptação do currículo precisa ser pensada no momento da elaboração do planejamento e na prática dos processos de escolarização do aluno com deficiência (MAGALHÃES, 2012). As discussões direcionadas para as adaptações curriculares se intensificaram com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde elaborou um caderno que ressaltava as adaptações curriculares e estratégias para a educação do aluno público alvo da educação especial em 1998⁴, (BRASIL, 1998). Nesta perspectiva, o Brasil começou a utilizar o termo adaptação curricular para toda ação pedagógica que visava ajustar o currículo para atender as especificidades dos alunos no contexto escolar (HEREDERO, 2010).

Trabalhar com aluno com deficiência é um grande desafio para a escola regular, pois para cumprir sua finalidade de ensinar e construir o conhecimento vai exigir que seus profissionais busquem conhecer o estilo de aprendizagem, já que esses alunos apresentam um estilo particular de lidar com o conhecimento, que em muitas vezes é diferente da forma de com que a escola conhece (BRASIL, 2007).

No processo de ensino e aprendizagem faz necessário que o professor busque entender que cada aluno apresenta uma maneira e um ritmo diferente para aprender, assim é importante que seja levado em consideração as diversidades existentes no contexto escolar (HEREDERO, 2010). Os alunos com deficiência podem apresentar dificuldades na aprendizagem desde as situações transitórias, onde o professor poderá intervir utilizando estratégias metodológicas, até situações mais singulares, onde estes alunos necessitarão de atendimento e recursos especializado, visando a participação e aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem (HEREDERO.2010).

⁴ Esse documento foi embasado no livro do espanhol Majón: Adaptaciones Curriculares (1995).

De acordo com o princípio de inclusão, onde a escola precisa se preparar para atender a todos os alunos, a adaptação curricular é uma ação que proporciona aos alunos com deficiência terem acesso aos conteúdos necessários para sua formação dentro do contexto escolar, respondendo, dentro do princípio de atenção à diversidade, as especificidades que surgem dentro do processo educativo (HEREDERO, 2010).

O objetivo das adaptações é proporcionar que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos curriculares, dessa forma a maioria dessas ações são realizadas na sala de aula, necessitando da sensibilidade do professor para realizá-las. Essas modificações são consideradas de pequeno porte, onde o professor, no seu planejamento, buscará criar condições para a participação do aluno com deficiência durante a aula, favorecendo a interação deste aluno com as pessoas com as quais convive no ambiente escolar e a participação durante as atividades disponíveis durante a aula (BRASIL, 2000).

Dessa forma, as adaptações podem ser realizadas para a organização do espaço físico, na seleção dos conteúdos e objetivos, durante a escolha da avaliação, nos procedimentos didáticos, na preparação das atividades e na disponibilização do tempo de execução das atividades propostas.

Os profissionais da educação enfrentam muitos desafios na busca de concretizar a educação inclusiva. Segundo Guimarães (2003, p 46), “ a inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os estudantes”, pois o processo de inclusão refere-se a todos os alunos que necessitam de um olhar diferenciado independentemente se esse aluno tem ou não alguma deficiência.

Lopes (2007) ressalta que o maior desafio da escola é conseguir incluir respeitando as especificidades individuais dos alunos. Dessa forma, Denari (2008) alerta que esse desafio só será superado quando os profissionais da educação começarem a modificar seu olhar sobre a deficiência, buscando novas práticas para promover a educação inclusiva.

Nesse contexto, este trabalho busca desenvolver uma reflexão sobre a relevância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, buscando refletir sobre o que está sendo discutido sobre o tema. As informações aqui relatadas foram concebidas através de uma revisão bibliográfica em artigos nacionais e internacionais que destacam a importância de rever os critérios que são utilizados durante o processo de adaptação curricular, autores como MANTOAN (2010), OLIVEIRA et al (2013), FACCI E SIERRA (2011), HEREDERO,

(2010), MARQUES; DUARTE (2013) entre outros enriqueceram as reflexões aqui levantadas. Utilizou-se também a observação direta e a entrevista semiestruturada para enriquecer e dar credibilidade ao estudo.

A educação especial é um ensino universalizado, na qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, assim é imprescindível a resignificação das práticas pedagógicas como, em especial, o processo de adaptação curricular.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento e realização da pesquisa optou-se por abordar estratégias metodológicas que norteassem “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]” segundo proposto por Minayo (1999). O caminho a ser trilhado neste trabalho foi direcionado por uma abordagem qualitativa, para esta autora, a abordagem qualitativa trabalha com o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Privilegiamos nessa pesquisa qualitativa o estudo de caso, pois é um procedimento metodológico que viabiliza a apreensão de diversas situações do contexto envolvido. Os procedimentos metodológicos usados foram a observação direta e a entrevista semiestruturada, pois acreditamos que a utilização de múltiplas fontes fortalece a credibilidade e a confiabilidade dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na década de 90 nasce o movimento de inclusão mundial que desenvolve ações direcionadas para a educação especial, movimento esse instigado pelas reivindicações dos pais de alunos com deficiência e dos movimentos sociais na luta por escolas de qualidade para todos. O mundo começou a refletir sobre o respeito à diversidade e o direito à igualdade e, esses movimentos internacionais desenvolveram importantes documentos, citados anteriormente, para promover uma educação de qualidade para todos.

Segundo Stainback e Stainback (1997) a educação inclusiva é um processo que visa respeitar às diferenças. De acordo com Pacheco (2007) “pensar a inclusão, pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades educacionais especiais se ajuste à escola” (PACHECO, 2007, p.15). Para o autor, essa

ação seria apenas um processo de integração, assim, é a escola que precisa buscar se adaptar para receber todos os alunos respeitando suas diferenças.

Diante da busca para construir um sistema de educação inclusiva no Brasil, o governo federal implantou programas e ações que contribuiriam para o processo de inclusão nas escolas de ensino regular. De acordo com os dados do Censo da Educação Básica 2018, em relação a 2014 pode-se perceber um considerável aumento nas matrículas dos alunos PAEE na rede regular de ensino como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de matrículas de alunos com necessidades especiais nos anos de 2014 até 2018 no Brasil.

ANO	EDU. INFANTIL	ENS. FUNDAMENTAL	ENS. MÉDIO	EJA	TOTAL
2014	61.374	652.473	57.754	111.963	886.815
2016	69.784	709.805	75.059	113.825	917.372
2018	91.394	837.993	116.287	130.289	1.181.276

Fonte: Censo 2019.

Essa aumento em relação as matrículas dos alunos PAEE também é notada no município de Eunápolis/BA. De acordo com o QEdu⁵ as matrículas no município aumentaram em relação aos anos de 2016, que não apresentou nenhuma matrícula, e 2018, onde apresentou 818 matrículas de alunos (as) da educação especial. Direcionando para a escola investigada também encontramos a mesma situação como demonstrado na tabela 2.

TABELA 2: Demonstrativo das matrículas nos anos de 2016 e 2018 dos alunos PAEE na escola pesquisada.

	2016	2018
Creche	0	0
Pré escola	0	11
Anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano)	195	246
Anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano)	0	0
Ensino Médio	0	0
Educação de Jovens e Adultos	111	95
Educação Especial	0	9

Fonte: QEdu, 2020

⁵ QEdu, um projeto inédito idealizado pela Meritt - na pessoa dos Srs. Ricardo Fritsche e Alexandre Oliveira - e pela Fundação Lemann em 2012. Mais informações: https://www.qedu.org.br/cidade/5146-eunapolis/censo-escolar?year=2017&localization=0&dependence=0&education_stage=0&item=matriculas

Entendendo a necessidade de um repensar sobre o sistema de ensino nas escolas regulares essa pesquisa busca refletir a relevância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial. Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública de pequeno porte do município de Eunápolis/BA, com 347 alunos distribuídos nos três turnos. Iniciamos a coleta dos dados para aprofundar as informações sobre o lócus da pesquisa, tive acesso ao Projeto Político Pedagógico da Escola e com ele elaborei o quadro 1 com as informações sobre a estrutura física da instituição.

QUADRO 1: Estrutura física da unidade escolar onde a pesquisa está sendo desenvolvida.

Distribuição	Série/Matutino	Série/Vespertino	Série/Noturno
01 Sala	1º ano	4º ano	8º ano
01 Sala	2º Ano	1º Ano	6º ano
01 Sala	3º Ano	3º ano	7º ano
01 Sala	5º Ano	5º Ano	9º Ano
01 Sala	Novas Tecnologias	Novas Tecnologias	Novas Tecnologias
01 Sala c/ banheiro e depósito	Professores	Professores	Professores
01	Biblioteca	Biblioteca	Biblioteca
01 área aberta	Área de serviços	Área de serviços	Área de serviços
01 Sala	Cozinha	Cozinha	Cozinha
01	Banheiro Feminino	Banheiro Feminino	Banheiro Feminino
01	Banheiro Masculino adaptado	Banheiro Masculino adaptado	Banheiro Masculino adaptado
01	Pátio (pequeno e com cobertura)	Pátio (pequeno e com cobertura)	Pátio (pequeno e com cobertura)
01	Secretaria	Secretaria	Secretaria

Fonte: Adequado pela pesquisadora a partir do projeto político pedagógico da escola 2020.

Analisando os dados do quadro 01 pode-se observar que a escola é composta por um espaço físico satisfatório, mas possui muito espaço ocioso que poderia ser melhor aproveitado. A sala dos professores poderia ser aumentada, pois atualmente é pequena e não comporta todos os docentes de uma só vez. A sala da coordenação é junto com a secretaria, uma única sala isso prejudica os momentos da coordenação com os professores. Essas são algumas mudanças que poderiam ser feitas nas dependências da escola para ofertar um ambiente melhor não só para alunos, mas principalmente para os funcionários da escola.

Após a apresentação do projeto realizamos um encontro individual com os professores para a aplicação da entrevista, esses encontros foram agendados nos momentos de ACs para não interferirem nas atividades pedagógicas de sala de aula.

Foram escolhidos 10 professores, ilustrado na tabela 2, mas apenas 06 demonstraram disponibilidade para participar da pesquisa, do turno matutino e vespertino para participarem da pesquisa, utilizamos essa escolha devido à presença de aluno (a) com deficiência intelectual matriculado (as).

Esses profissionais, durante as entrevistas, relataram não estar preparados (as) para receberem e trabalharem de forma inclusiva com os (as) alunos (as) Público Alvo da Educação Especial (PAEE), contudo todos os participantes da pesquisa são profissionais que já concluíram a graduação e possuem experiência em sala de aula. Identificamos os participantes usando a letra P (professor) e números de 1 a 6 para distinguí-los. Dos entrevistados 100% possuem graduação e, no mínimo, uma especialização, a maioria dos entrevistados estão na faixa etária de 41 a 50 anos. Esse recorte a pesquisa busca refelir sobre a importância das adaptações curriculares para os alunos público alvo da educação especial e, como mostra a tabela abaixo os professores relatam não estarem preparados para trabalharem com os alunos PAEE.

Tabela 2 - Aspecto Profissional dos professores da sala comum.

Partic.	Faixa Etária	Formação Inicial	Formação Continuada em Educação	Experiência Profissional (anos)	Você se sente preparado(a) para trabalhar com alunos PAEE?
P 01	51 a 60	Magistério/p edagogia	PENAIC /outros	30	Não
P 02	41 a 50	Magistério/p edagogia	Curso de Língua Portuguesa	20	Não
P 03	41 a 50	Magistério/p edagogia	PACTO/ PENAIC	12	Não
P 04	41 a 50	Magistério/p edagogia	PENAIC/ MAIS EDUCAÇÃO	8	Não
P 05	41 a 50	Magistério/p edagogia	PNAIC/ PROFA	19	Não
P06	31 a 41	Agropecuária/pedagogia	PROFA/ Educação Especial	10	Não

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Bogdan e Bilklen (1994), trabalhar com as entrevistas e produzir uma riqueza de informações, e estas trazem detalhes sobre a visão dos participantes. Durante a realização desse processo os registros foram feitos de forma descritiva respeitando a expressão do sujeito, isso possibilitará “desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BILKEN, 1994,

p. 134). Durante a entrevista perguntamos sobre a importância da adaptação curricular no processo de ensino e aprendizagem, os participantes relataram que:

As adaptações devem ser feitas para ajudar o aluno. (P01)

A gente escuta muito falar nos curso que realizo, mas acho difícil realizar” (P06)

As adaptações correspondem à necessidade percebida no aluno, ai modifico as tarefas para ver se ele consegue fazer. (P05)

Nesta perspectiva, percebemos que a maioria considera que as adaptações são importantes e que devem ser realizadas sempre que necessária. Dessa forma, as atividades pedagógicas que buscam oferecer respostas às necessidades dos alunos durante as aulas são consideradas como um instrumento que auxilia o desenvolvimento global desse aluno (HEREDERO, 2010, p. 199).

Essa ação não significa “facilitar o conteúdo”, mas propiciar o desenvolvimento do nível potencial com atividades diversificadas. A adaptação curricular é necessária para permitir aos alunos com deficiência um caminho para alcançar os conteúdos curriculares e para que se torne possível é necessário o trabalho em conjunto dos profissionais envolvidos na educação (MARQUES; DUARTE, 2013).

Os professores da escola entendem e reconhecem a importância de realizar a adaptação curricular, contudo durante as observações a pesquisadora presenciou momentos em que a teoria não estava alinhada com a prática. Durante a observação de um aluno com deficiência matriculado no 5º ano percebi que as atividades disponibilizadas não estavam em consonância com os conteúdos da turma, pois enquanto os alunos estavam recebendo atividades relacionadas às operações matemáticas a aluna estava com um desenho para colorir. Nessa aula ela se recusou a realizar a atividade e reclamava que era diferente dos colegas, a professora nesse momento não conseguiu acalmar a aluna. Quando os alunos saíram para o intervalo à professora se aproximou e desabafou:

“Não sei como lidar com ela, é muito difícil. Ela já está bem mais velha que os colegas e não consegue nem fazer o nome. Passo essas atividades para ela não ficar sem fazer nada o tempo todo. É complicado preparar todo dia atividades adaptadas para ela e trazer os materiais concretos da biblioteca. Preciso de ajuda, né?” (Registro do diário de campo, 2019).

Percebi a angústia na fala do (a) professor (a), pois ele (a) percebe que sua atitude de alguma forma não está condizente com a proposta da escola inclusiva. Entende-se que para desenvolver um planejamento inclusivo, as atividades devem ser desenvolvidas de forma inovadora, criativa e que envolvam todos os alunos.

[...] para se ensinar a turma toda, a sugestão é propor atividades abertas, diferenciadas, portanto, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem e que sabem mais ou os que sabem menos, [...] tais atividades promovem a interatividade entre os alunos, entre as famílias e o projeto escolar (CARVALHO, 2008, p. 67).

Nesta perspectiva, trabalhar respeitando a diversidade na sala de aula, necessita de um planejamento que inclua estratégias que despertem no aluno a vontade para aprender, que valorize seus conhecimentos e, principalmente, traga para esses alunos a alegria de aprender, segundo Carvalho (2008, p.72) “[...] é possível desenvolver práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças e que se volte para a diversidade”.

Nesta perspectiva, verifica-se, claramente, o descompasso entre as concepções referentes às adequações curriculares e a realidade dos (as) alunos (as) com e sem deficiência. Esse processo deve ser entendido como mais um instrumento que possibilita o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, “as adaptações curriculares consistem em modificações espontaneamente realizadas pelos professores”, buscando atender as particularidades dos que apresentam dificuldades específicas na aprendizagem (CARVALHO, 2008, p. 105).

A educação inclusiva direciona para ações que visem não só o acesso dos alunos com deficiência às escolas regulares, mas a responsabilidade de desenvolver a aprendizagem em todos os espaços e atividades do cotidiano escolar (MANTOAN, 2010). Assim, a política de inclusão necessita que o sistema educacional se reestruture reconhecendo e valorizando a diversidade para o enriquecimento do processo educacional. A escola deve buscar se organizar para receber e promover o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, de forma que beneficie a todos (BRASIL, 2005).

Nas análises dos dados da pesquisa observou-se que os professores apresentam dificuldades em realizar as adaptações curriculares, no trecho abaixo podemos verificar que esse instrumento, na maioria das vezes, não é valorizado durante a prática pedagógica.

Enquanto a professora distribuía a atividade da área de ciências humanas para todos os alunos, a criança com DI recebe um comando escrito em uma folha com a seguinte afirmativa: Faça um colorido bem bonito! O desenho fazia alusão a uma data comemorativa da época (Registro do diário de campo, 2019).

Quando se realiza uma ação que vise a adaptação curricular esta precisa ser elaborada propondo atender as singularidades específicas dos alunos, mas essa

adaptação precisa conservar os componentes e conteúdos curriculares. De acordo com Capellini, “a adaptação deve ser baseada no currículo comum, assim o aluno não terá prejuízo em relação ao conteúdo e as atividades serão pautadas nas especificidades do aluno” (CAPELLINI, 2018, p. 138). Entende-se que desenvolver aulas inclusivas não é considerada uma tarefa fácil, necessita de muita dedicação, tempo, criatividade e pesquisa por parte do profissional de educação e, principalmente, o professor precisa conhecer seu aluno, buscar verificar suas potencialidades e interesses da turma para conseguir preparar uma aula em que todos os alunos participem. Além, de conhecer os processos de aprendizagem, de elaborar atividades diferenciadas é preciso desenvolver formas específicas de avaliar os alunos, assim essas informações ajudarão no direcionamento e aprimoramento da elaboração do planejamento de forma que atenda a todos os alunos (RAIMUNDI, 2015, p. 148).

Dentro de um planejamento que busca atender a todos uma opção de trabalho é usar o Plano de Ensino Individualizado (PEI), onde em conjunto, professores da sala regular e professores das salas de recurso multifuncional, devem elaborar esse plano operacionalizando os conteúdos a serem trabalhados com os alunos. Realizar as adaptações nesse instrumento,

Existem diferentes formas e estruturas de um plano educacional individualizado, mas em geral, este deve conter informações básicas sobre o aluno tais como: nome, idade, quanto tempo está na escola, aprendizagens já consolidadas, dificuldades encontradas, objetivos para este aluno, metas e prazos, os recursos ou adaptações curriculares utilizadas e os profissionais envolvidos na elaboração do plano (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012, p. 85).

Desenvolver o PEI é uma forma de buscar atender as especificidades dos alunos com o objetivo de atender a todos os alunos. Contudo, somente as adaptações curriculares não garantem a inclusão, o acesso, a permanência e a aprendizagem desse aluno. É de extrema importância que todo o sistema de ensino seja reestruturado para conseguir desenvolver práticas inclusivas que supram a necessidades de todos os alunos com e sem deficiência.

Ao refletirmos as colocações feitas pelos participantes durante as entrevistas consegue-se perceber que eles possuem conhecimento sobre o conceito e características das adaptações curriculares entendendo as vantagens desse instrumento. Pois uma “escola que consegue organizar seu currículo inclusivo é aquele que reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e

ações”, estabelecendo laços que ajudam na formação da identidade individual e social do aluno (MINETO, 2012, p. 32).

Dessa maneira, percebe-se que os participantes possuem conhecimento teórico sobre a importância desse instrumento durante as ações que visam atender a todos os alunos, mas quando direcionadas para a prática pedagógica verifica-se que os participantes apresentam muita dificuldade em realizar essa prática. Precisam entender que essas adaptações devem acontecer de acordo com as necessidades do aluno, “podendo ser dispensada ou aplicadas de forma reduzida, em alguns casos de forma mais intensa, dependendo das necessidades que forem identificadas” (DE CARVALHO, 1999, p.55).

No Brasil, a Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cap. V, Art. 59) vem respaldando realizar as adaptações curriculares em todas as modalidades de ensino. Assim, a educação inclusiva visa, além dos respaldos legais, as mudanças de concepção dos sistemas educacionais tradicionais. As modificações necessárias precisam começar pelas atitudes, perspectivas, organização e desenvolvimento da prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva direcionada para os alunos público alvo da educação especial necessita de ações que busquem favorecer o acesso, a permanência e, principalmente, a aprendizagem desses alunos respeitando as suas singularidades. Portanto, para alcançar o objetivo de ensinar a todos, o professor precisará buscar diferentes maneiras de ensinar, e uma ação que contribuirá para essa mudança de postura esta atrelada a formação inicial e continuada que deve buscar conscientizar esse profissional e capacitá-lo para sua prática pedagógica.

Trabalhar com adaptação é construir ações onde o professor irá flexibilizar o objetivo, as estratégias e as atividades direcionadas para os alunos com deficiência, essas ações não visam reduzir os conteúdos, mas busca ajustar de forma que atenda as condições de desenvolvimento para que todos os alunos participem e aprendam os mesmos conhecimentos (ARAÚJO, 2019).

Entendemos que a escola possui um papel primordial nesse processo, pois ela encaminha e planeja as ações para que os alunos desenvolvam sua aprendizagem. Para isso, o professor precisa conhecer seu aluno e acreditar que são capazes de aprender

para conseguir realizar as adaptações de forma que desenvolva as potencialidades deles. Observa-se, também, a partir dos resultados da pesquisa, que alguns professores relatam fazer as adaptações, contudo o que realizava-se era uma simplificação do currículo (dos objetivos e conteúdos) utilizando atividades repetitivas e totalmente fora do contexto trabalhado com a turma. Isso, pode acontecer devido a compreensão que se tem a respeito do significado da adaptação curricular.

Com a análise dos dados da pesquisa, constatou-se que a maioria dos professores compreendem que a adaptação é um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, no entanto, realizar essa proposta não é fácil e alguns profissionais acabam não modificando sua prática e trabalham utilizando a mesma metodologia com todos os alunos.

Nesse contexto, para o ambiente tornar-se inclusivo é necessário oferecer um ensino mais adequado, realizando as adaptações curriculares de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos, oferecer recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e demais meios que possam impulsionar o processo de aprendizagem. Entretanto, para a concretização dessas ações esse profissional precisa de condições de trabalho como salas adequadas, número reduzido de alunos, recursos pedagógicos e humanos satisfatórios, valorização salarial, serviço de apoio pedagógico, salas de recursos multifuncional e formação continuada que supra as necessidades reais desse profissional.

Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo foi buscar compreender o entendimento dos professores sobre esse instrumento e entender como estão organizando essa ação para atender as especificidades desses alunos. Dessa forma, esse estudo revela que os professores possuem apropriação sobre as concepções, mas estas não são suficientes para a aplicação coerente desse instrumento utilizando de forma superficial. Assim, esses profissionais precisam de maior aprofundamento não só teórico como, principalmente, prático sobre esse tema, pois as escolas precisam se tornar ambientes inclusivos.

Acredita-se que os estudos aqui realizados possam contribuir para a reflexão desse tema e que os professores possam ter acesso as informações construídas, assim terão estímulo para buscarem mudanças mais intensas dentro das escolas em relação a aprendizagem do aluno com deficiência.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BILKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Adaptações curriculares na inclusão escolar**: contrastes e semelhanças entre dois países. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a organização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DE CARVALHO, Erenice Natália S. **Adaptações curriculares**: uma necessidade. Educação especial: tendências atuais, 1999.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. SIERRA, Dayane Buzzelli. **A educação de pessoas com deficiência intelectual**: aprendizagem promove desenvolvimento. Revista Educação em Questão, Natal, v. 40, n. 26, p. 128-150, jan./jun. 2011.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. **Plano Educacional Individualizado**: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ci. Huma. e Soc. em Rev., Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012. Disponível em: <http://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/GLAT_VIANNA_REDIG_Artigosemperiodicos_2012.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772>. Acesso em: junho de 2019.

MARQUES, Aline Nathalia; DUARTE, Márcia. O trabalho colaborativo: uma estratégia de ensino na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista de Ciências Humanas Frederico Westphalen**, v 14, n. 23, p.87-103, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ba92/5bc5a68045d4af472b314c73733c5d7a0e59.pdf>. Acesso em: março de 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/berto/Downloads/9842-Texto%20del%20art_culo-28490-2-10-20110810.pdf. Acesso em: setembro de 2019.

- MIRANDA, A. A. B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista, Piracicaba/SP 2003.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio**. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luís Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- RAIMUNDI, Iasmim Cardoso. Inclusão de aluno com paralisia cerebral na rede regular. In: FRANCO, Marco Antonio Melo; GUERRA, Leonor Bezerra (Org.). **Práticas Pedagógicas em Contextos de Inclusão: situações de sala de aula**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 131-149.
- SILVA, J. P. da. **Formação docente em tempos de educação inclusiva: cenários e desafios em uma escola pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 2010.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: outubro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: setembro de 2019
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- DENARI, F. E. Educação Especial e Inclusão Escolar: das dimensões teóricas às ações práticas. **Revista ambiente educação**, São Paulo: UNICID, v. 1, n.2, p.31-39. agos/dez. 2008.

GUIMARÃES. A. A inclusão que dá certo. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril. n. 165, p. 42-47, set. 2003.

HEREDERO. E. S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela**: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum: Education, Matingá*, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

LOPES. M. J. Semestres de Inclusão: um estudo de caso. In: RODRIGUES, D. A. (Org.). **Investigação em Educação Inclusiva**. Lisboa: FEEI/FMH, v. 2, 2007.

MOREJÓN, K.; DENARI, F. E. **A educação Especial e a Inclusão**: lutas, desafios e políticas públicas. 2008.

OMETE, Sadão. **Normalização, integração e inclusão...** Ponto e Vista, Florianópolis, v. 1, n. 1, jul./dez. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%2010/Desktop/1042-5013-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 de agos. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/> . Acesso em: 01 de agos. 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

PACHECO, José (Org). **Caminhos para inclusão**: um guia para aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

STAINBACK, Willian; STAINBACK, Susan. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, v. 6: adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília, DF, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência mental. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: . Acesso em: 19 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações

136 Curriculares: Estratégia para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2013a. Disponível em: . Acesso em: 11 mai. 2014.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Currículo em educação especial: dimensões técnicas e políticas em discussão**. In: GONÇALVES, Enicéia Mendes; ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.). **Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar**. Marília: ABPEE, v. 2, p. 491-507, 2012. Disponível em: . Acesso em: 11 out. 2013

HEREDERO, S. Eladio. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum: Education, Maringá, v.32, n.2, p. 193-208, 2010. Disponível em: . Acesso em: 21 abr. 2012.